

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0827915-66.2022.8.10.0001 Sessão virtual de 15 a 22  
de maio de 2023 Apelante: JOÃO VICTOR DE MOURA FERREIRA Defensor Público:  
Audísio Nogueira Cavalcante Júnior Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora:  
Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL.  
POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. DOSIMETRIA. PENA-BASE.  
CULPABILIDADE. VALORAÇÃO NEGATIVA COM BASE EM ELEMENTOS DO CASO CONCRETO.  
MANUTENÇÃO. IMPUTAÇÃO DE CONDUTA PREVISTA COMO CRIME PARA DESABONAR A  
CONDUTA SOCIAL DO AGENTE. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. CONFISSÃO EM  
SEDE POLICIAL. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE. OBRIGATORIEDADE. RETIFICAÇÃO DA  
DOSIMETRIA. I. A majoração da pena mínima legalmente prevista para o crime  
imputado ao réu, referente à primeira fase da dosimetria, deve ser  
justificada pela presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis,  
demonstradas de forma concreta e independente umas das outras, conforme  
dispõe o art. 59 do Código Penal. II. Está demonstrado o maior grau de  
reprovação social que o crime e o seu autor merecem, a ensejar a valoração  
negativa da circunstância judicial da culpabilidade, o fato de o delito  
objeto dos autos ter sido flagrado no momento em que a polícia cumpria  
mandado de prisão contra o acusado em razão de outro delito, destacando-se  
na sentença, ademais, que o armamento apreendido era utilizado para a  
prática de crimes, inclusive aquele que ensejou o mandado de prisão. III.  
A simples alegação de que o acusado integra organização criminosa não  
enseja, na primeira fase da dosimetria, o juízo desabonador da conduta  
social do agente. Ainda que o réu respondesse a inquérito policial ou ação  
penal pelo crime do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, tais feitos não  
poderiam ser levados em consideração para valorar de forma negativa a sua  
conduta social, uma vez que, consoante entendimento firmado pelo STJ na  
Súmula nº 444, “é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações  
penais em curso para agravar a pena-base”. IV. Tendo o réu confessado a  
autoria do crime durante a fase de inquérito policial, embora tenha  
exercido seu direito ao silêncio durante a audiência de instrução, de  
rigor a aplicação da atenuante da confissão, aplicando-se ao caso a Súmula  
nº 545 do STJ, segundo a qual, “quando a confissão for utilizada para a  
formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista  
no art. 65, III, d, do Código Penal”. V. Apelação criminal parcialmente  
provida, para reduzir as penas aplicadas contra o réu, com a substituição  
da pena privativa de liberdade por duas sanções restritivas de direito.  
São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior  
Desembargador Relator (ApCrim 0827915-66.2022.8.10.0001, Rel.  
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL,  
DJe 23/05/2023)